

QUAL A AVALIAÇÃO DOS PAIS SOBRE AS MEDIDAS GOVERNAMENTAIS INCLUSIVAS FRENTE ÀS PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO (TEA) EM CAMPINA GRANDE?

Alexia Emilly Dantas Almeida ¹
Cícera Adriana dos Santos ²
Rebeca Oliveira Rapôso ³
Leconte de Lisle Coelho Junior ⁴

RESUMO

Esse trabalho visa relatar um estudo exercido no contexto das políticas públicas diante do processo inclusivo em âmbito educacional de pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). O autismo leva a um funcionamento diferenciado do sujeito no tocante à reciprocidade social e comunicação, portanto, para que o educando possa participar das interações sociais são necessárias mediações específicas articuladas com as características singulares da criança, valorizando a inter-regulação da participação do sujeito nas trocas sociais. O objetivo principal desta pesquisa é a compreensão de como é a relação do uso das políticas públicas pelos genitores das pessoas diagnosticadas com autismo, e se estão sendo validadas diante das necessidades individuais das pessoas com TEA em Campina Grande. Utilizou-se de um questionário viabilizado na internet a partir do Google Forms e posteriormente foram realizadas entrevistas pelo Google Meet com 10 pais de crianças autistas. Os resultados foram categoricamente expressivos, no que se refere ao processo de políticas públicas no contexto atual, nota-se a necessidade de expansão e aprimoramento das mesmas, para que possam efetivamente acolher o seu público enaltecendo a equidade em que se envolve. De modo geral, foram observadas as necessidades de aprimoramento de tais políticas, viabilizando o seu uso, bem como o aprimoramento para os atendimentos das necessidades dos indivíduos em questão.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Autismo, Inclusão Escolar.

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é caracterizado pela disfunção do neurodesenvolvimento do indivíduo, ocorrendo uma ruptura nos processos fundamentais de

¹Graduanda do Curso de Psicologia do Centro Universitário Maurício de Nassau de Campina Grande - PB, alexiaemilly14@email.com;

²Graduanda do Curso de Psicologia do Centro Universitário Maurício de Nassau Campina Grande - PB, rebecaoraposo@gmail.com;

³Graduanda do Curso de Psicologia do Centro Universitário Maurício de Nassau Campina Grande - PB, adrianasantosca@gmail.com;

⁴Professor orientador: Doutor em Psicologia pela UFES, docente do Curso de Psicologia do Centro Universitário Maurício de Nassau Campina Grande - PB, lecontecoelho@gmail.com

socialização, comunicação e aprendizado. Nessa condição, existe um marcado prejuízo na interação social, alterações da comunicação e padrões limitados ou estereotipados de comportamentos e interesses. As anormalidades no funcionamento em cada uma dessas áreas devem estar presentes em torno dos três anos de idade. Essa mudança provavelmente reflete uma maior percepção sobre as manifestações do autismo com alto grau de funcionamento, o que, por sua vez, parece conduzir a um maior número de indivíduos diagnosticados com essa condição.

Em geral, a maioria dos indivíduos tende a melhorar com a idade quando recebe cuidados apropriados. No entanto, os problemas de comunicação e socialização tendem a permanecer durante toda a vida. Os estudos de revisão sobre prognóstico e desfecho do autismo demonstram que os melhores preditores do funcionamento social geral e desempenho escolar, são o nível cognitivo da criança, o grau de prejuízo na linguagem e o desenvolvimento de habilidades adaptativas, como as de autocuidado. É importante estar consciente de que a maioria das crianças autistas não apresenta déficits em todas as áreas de desenvolvimento e que muitas possuem um ou mais comportamentos disfuncionais por breves períodos de tempo ou em situações específicas. Além disso, há outros aspectos importantes, tais como o funcionamento familiar, suporte social, entre outros.

METODOLOGIA

O estudo será de caráter transversal e descritivo. A abordagem escolhida é a de caráter qualitativo. Desta maneira, a pesquisa se baseará pela análise de conteúdo do discurso dos sujeitos da pesquisa. A pesquisa envolveu homens e mulheres residentes na cidade de Campina Grande – PB, com idade superior aos 18 anos de idade e que possuíam formação completa de nível superior ou médio em instituições públicas ou privadas, sendo que o critério básico de inclusão era que tivessem ao menos um filho diagnosticado com o transtorno de espectro autista. A amostra de 10 participantes.

A coleta de dados foi realizada na cidade de Campina Grande – PB, no primeiro semestre do ano de 2022. Pela internet diversas pessoas que se enquadram no critério foram convidadas e preencheram um questionário no Google Forms. Aqueles que se voluntariaram participaram da entrevista no Google Meet. O projeto de pesquisa faz parte do Programa de Iniciação Científica do Centro Universitário Maurício de Nassau de Campina Grande e o parecer do Comitê de Ética do Centro Universitário Maurício de Nassau de Recife teve como número: 5.195.599.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva no Brasil, promulgada em 2008, reafirma o direito de todos os alunos frequentarem o sistema regular de ensino. Essa política nacional, baseada em documentos internacionais como a Declaração de Salamanca (1994) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), orienta os sistemas de ensino quanto à inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. O Transtorno do Espectro do Autismo, tema deste trabalho, figura como uma das subcategorias dos Transtornos Globais do Desenvolvimento. No entanto, estudos apontam que, mesmo com o incentivo do governo, há dificuldades para a efetivação da inclusão (PEREIRA, 2016). Tais dificuldades refletem a necessidade de formação qualificada e de apoio técnico em função da inclusão, vinculado às premissas de ajuste ou correção do indivíduo, modelo que não viabiliza o processo de inclusão (SILVA, 2016; TEIXIERA, 2010).

Ao passo que enfrentam um diagnóstico de transtorno invasivo do desenvolvimento, as famílias especulam sobre qual tipo de intervenção psicoeducacional é a mais efetiva. A resposta não é tão simples como parece, em contraste com a grande quantidade de tratamentos que têm sido anunciados. Os genitores sofrem frente aos comprometimentos especificamente associados ao autismo e às preocupações sobre o futuro de seu filho, e no tratante de inclusão frente ao contexto escolar, as inquietações duplicam. Conforme (CARNEIRO, 2006), expressa que:

A inclusão de educandos com deficiências nesses espaços relaciona-se à criação de um ambiente pautado pela valorização da diversidade, procurando se adequar às necessidades de todos os estudantes. Assim, diante de educandos com deficiências devemos possibilitar processos de mediação ainda mais qualificados em relação aos signos mediadores, aos estímulos e aos desafios, os quais permitem o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.

No que se destaca a inclusão de estudantes com deficiências no ensino regular promove um ambiente rico pela diversidade social e facilitador do desenvolvimento de todas as crianças. Nas relações concretas no contexto escolar, valores como respeito e cooperação podem ser experienciados pelas crianças quando a inclusão se efetiva. Ambientes bem planejados, que procuram se adequar às necessidades de todos os educandos compreendem a escola como meio sociocultural fundamental à constituição dos sujeitos. Se a interação social entre as crianças é indispensável para promover o desenvolvimento, cabe à escola viabilizar as possibilidades de

experiências socializadoras, permitindo às crianças desenvolverem processos psicológicos superiores.

Por outro lado, a inclusão nos contextos educacionais requer uma intervenção psicopedagógica que enfatize a mediação semiótica na relação com o educando com deficiência (VYGOTSKI, 1997), de modo que ele possa se apropriar do universo cultural, por meio dos processos de significação ali entabulados (NUERNBERG, 2008). Com isso, é possível abrir a discussão diante do direito ao acesso ao conhecimento sendo fonte do direito de desenvolver-se de forma integral e apropriar-se das condições que favorecem a participação social de forma ativa.

Em detrimento ao processo inclusivo é viável para a inclusão destes indivíduos que a sociedade se adeque as diferenças presentes, independentemente de suas idiossincrasias, o trabalho interdisciplinar é indispensável, tanto quanto a ampliação de políticas públicas que ofereçam efetivamente seus devidos papéis diante das medidas inclusivas. Tendo em vista o tênue contexto, torna-se viável pensar e indagar frente às políticas públicas implantadas até o momento e se necessitam viabilizar seus acessos, se de fato referem-se aos seus usuários de forma coerente ao que necessitam. Assim, toda mudança exerce influência em cada membro individualmente e no sistema como um todo (FIAMENGI; MESSA, 2007).

Desse modo, pelo aspecto legal, famílias que possuam entes diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista, diante das políticas públicas, podem amparar-se e evocá-las sendo o caso, diante das suas necessidades e interesses, mesmo que o acompanhamento efetivo dessas políticas não seja linear, entendendo que estejam ocorrendo de forma coerente e englobando os aspectos inclusivos de tais indivíduos de forma ideal, sem que afete ou interfira no processo de desenvolvimento. Com isso, tal contexto é voltado ao que este estudo se propõe a investigar.

No contexto da inclusão escolar dos indivíduos com TEA, enxerga-se a necessidade de reorganização em prol da inserção escolar. Tal processo visa mudanças, principalmente na forma de interação dos profissionais voltados à educação, a partir de uma visão interdisciplinar. Assim, a educação especial passou a atuar no atendimento educacional especializado, funcionando como suporte ao trabalho de sala de aula e às relações escolares (CABRAL, 2017). No Brasil, o governo criou políticas e diretrizes que proporcionaram as condições de acesso aos espaços e aos recursos pedagógicos necessários à inclusão. Viabilizando ferramentas de apoio aos profissionais em função da inclusão escolar. Tais políticas incentivam a formação de

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção apresentará os resultados provenientes da pesquisa, tratando-se de comunicar as ideias produzidas em todo o processo (TOZONI-REIS, 2007). Diante disso será expressa a categorização efetiva da pesquisa, sendo produzida por via online, utilizando da plataforma Google Meet e Forms, na coleta de dados por meio virtual.

A análise dos resultados procedentes da coleta dos materiais compõem a parte transversal e descritiva da pesquisa. Primeiramente, foi feita a leitura e classificação de ordem para as perguntas em questão, em seguida, a exploração do material recolhido no questionário. Inicialmente os participantes dispuseram aos informes sociodemográficos que permitiu a verificação e quantificação de respostas majoritariamente ofertadas pelo público feminino, entre 27 e 44 anos de idade, intituladas brancas, com nível de escolaridade de 60% pós graduadas e os 40% envolvidas na pesquisa, está em torno da conclusão de outros níveis escolares, ou não, como os 10% expressos no nível fundamental incompleto, de profissões variantes, donas de lares a advogadas, servidora pública, psicologia entre outras profissões. Em conseguinte as rendas familiares variam entre 50% para 3 ou mais salários mínimos, 30% para 2 a 3 ou mais salários mínimos e 20% entre menos de um salário e até 2 salários mínimos. Frente aos membros que compõem a família, está envolto de 40% para 4 membros e 30% de 3 a 5 membros familiares.

Em seguida também foi questionado sobre o grupo familiar, referente a quantos filhos eram diagnosticados dentro do Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), sendo expresso um diagnóstico por família, somando dez respostas, com idades que variam de 2 a 7 anos com 50% dos resultados, de 2 a 11 anos (ou mais) 40% e de 0 a 2 anos de idade com 10%. Conforme a figura 1.

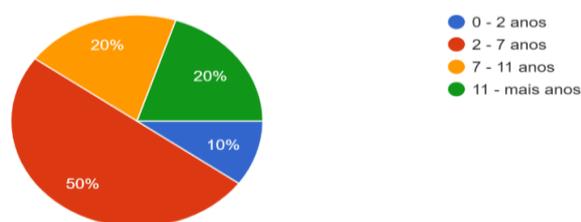


Figura 1. Idade da pessoa diagnosticada com Autismo. Fonte: Dados da pesquisa.

Um dos aspectos precursores da pesquisa está diante da identificação frente às medidas governamentais de caráter inclusivo, levando-nos a indagar frente às políticas públicas, assim, seguimos ao questionamento sobre o porte dos planos de saúde, gerando 80% das respostas afirmando fazerem uso dos planos privados. Com isso, a indagação seguinte se referiu ao conhecimento sobre os programas governamentais para pessoas com TEA, 30% afirmam não ter conhecimento sobre, enquanto 70% afirma conhecer. Em seguida, indaga-se sobre terem utilizado ou utilizarem algum tipo de programa governamental voltado ao atendimento da pessoa com TEA, 50% responde que sim, já utilizaram/utilizam e 50% afirma que não fez uso. Na sequência, o questionamento direcionado foi sobre o nível de assistência oferecido a pessoas com TEA de acordo com as regulamentações governamentais voltadas ao público, 30% responderam que às vezes há assistência, 40% raramente e 30% nunca houve. Ao abordar tal questionamento dar-se seguimento diante do grau de satisfação dos pais em relação às medidas governamentais existentes, 60% destes expressam sua insatisfação como “ruim”, 40% destes expressam-se de forma moderada. Conforme a figura 2.

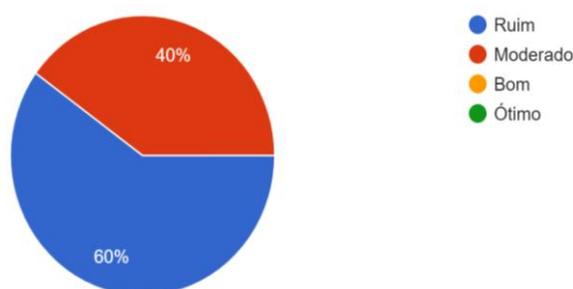


Figura 2. Qual o grau de satisfação com relação às medidas governamentais existentes. Fonte: Dados da pesquisa.

Posteriormente os participantes foram questionados sobre haverem propostas previstas para a inclusão de pessoas com TEA diante do cenário de Campina Grande, 60% discordam e apontam que não enxergam essas propostas, ou as mesmas não saem dos papéis ou alegam não ter conhecimento, enquanto 30% acredita que exista. Frente às perspectivas anteriores, a indagação que sucede está envolto a como se dá o processo de inclusão de pessoa dentro do Espectro Autista no Município de Campina Grande, novamente em maioria aponta-se que o processo inclusivo ocorre de maneira rasa, sem políticas públicas inclusivas de forma efetiva, não havendo qualificação de alguns profissionais, não havendo verificação das particularidades

dos indivíduos dentro do espectro, tanto quanto, uma pequena parcela, acredita que exista processos inclusivos.

Diante da exposição que propõe o questionamento em detrimento a atuação do profissional psicólogo, é questionado como os pais enxergam a atuação do psicólogo frente às intervenções diante a pessoa com TEA, apontam a essencialidade do psicólogo nas intervenções, a relevância, significação e importância deste profissional no processo interventivo. Em classificação de 0 a 10, 80% apontam a importância da intervenção psicológica para pessoas com TEA. Ao passo que se questiona sobre haver no município de Campina Grande, profissionais psicólogos qualificados para o atendimento de pessoas no espectro, 90% afirma que há profissionais capacitados e 10% afirmam não haver. Ao retornar ao processo das medidas oferecidas pelo governo, é perguntado se há disponibilidade dos profissionais psicólogos diante das políticas públicas, 40% informa que sim, enquanto 60% que não. Ao indagar frente a utilização do serviço psicológico, 90% informam que utilizam, mas de forma privada, enquanto 10% utiliza o serviço de forma pública. Conforme a figura 3.

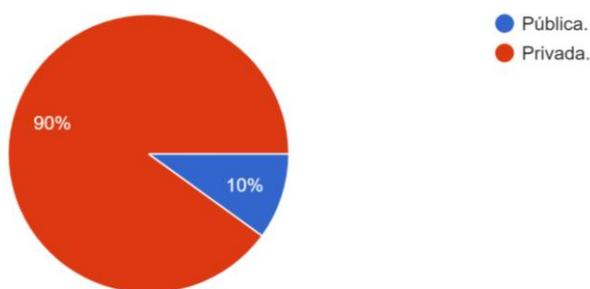


Figura 3 . utilização do serviço psicológico, este é de forma privada ou pública. Fonte: Dados da pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Transtorno do Espectro Autista origina-se de alterações precoces e fundamentais no processo de socialização, levando a uma cascata de impactos no desenvolvimento da atividade e adaptação, da comunicação e imaginação sociais, entre outros comprometimentos. Muitas áreas do funcionamento cognitivo estão frequentemente preservadas e, às vezes, os indivíduos com essas condições exibem habilidades surpreendentes e até prodigiosas

O estudo apresentado, evidencia os aspectos diante da utilização das políticas públicas por famílias que possuam entes diagnosticados com autismo. Em função disso, a análise se

voltou a ser como os genitores destas pessoas com TEA enxerga e por vezes utilizam das políticas instauradas no município de Campina Grande-PB.

Às considerações recolhidas no processo da pesquisa, traz a tona que, por mais que existam políticas que auxiliem o processo inclusivo, ou possibilitem suporte em outras áreas de tratamento, muitas famílias recorrem ao modelo privativo, alegando que são pouco assistidas ou que as políticas públicas não suprem as necessidades inclusivas do público com TEA.

No tratamento do auxílio público em função da inserção desse indivíduo no contexto escolar, o estudo aponta que em sua maioria a preferência é dada às instituições de ensino privado. O autismo leva a um funcionamento diferenciado do sujeito no tocante às competências e habilidades sociais (WATT, 2008), portanto, para que o educando possa participar das interações sociais, é necessário medidas específicas e articulações voltadas às individualidades do sujeito. Fato este em que as famílias alegam ser escassas, não afirmando haver inclusão, mas sim estarem passando por um processo lento para que tal forma inclusiva possa posteriormente ocorrer.

Os resultados foram bastante expressivos, no que se refere ao processo de políticas públicas no contexto atual, nota-se a necessidade de expansão e aprimoramento das mesmas, para que possam efetivamente acolher o seu público enaltecendo a equidade em que se envolve. Entendendo que há uma baixa procura e os serviços privados estão suprindo no momento as necessidades destas famílias, nota-se uma lacuna tanto informativa, quanto de ações práticas de validação dessas políticas. Para que a comunidade possa validá-las é preciso que as mesmas cumpram os seus papéis designados.

A inclusão visa à modificação dos contextos sociais como pré-requisito para possibilitar o desenvolvimento pessoal e social das pessoas com deficiências, garantindo possibilidades de exercício da cidadania. Com o investimento em processos inclusivos, pretende-se uma ampliação nas possibilidades de participação das pessoas com deficiência ao convívio social, sem segregá-las em instituições especiais, mas contribuindo para legitimá-las como cidadãos. A pesquisa demonstra que muito precisa ser feito, e o que já temos em políticas públicas precisa ser melhorado e ampliado.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

CARNEIRO, M. S. C. **A deficiência mental como produção social: de Itard à abordagem histórico-cultural.** In: BAPTISTA, C. R. *Inclusão e escolarização.* Porto Alegre: Mediação, 2006, p. 137-152.

CABRAL, Cristiane Soares; MARIN, Angela Helena. *Inclusão escolar de crianças com transtorno do espectro autista: uma revisão sistemática da literatura.* **Educação em revista**, 33(142079): 1-30, 2017.

FIAMENGHI, JR.; MESSA, A. 2007. Pais, filhos e deficiência: estudos sobre as relações familiares. **Psicologia ciência e profissão**, 27:236-245.

GUERRA, Paulo Rocha Gomes. **A inclusão social das pessoas com transtorno do espectro autista: direitos e garantias.** 2020. (texto mimeo).

NUERNBERG, A. H. Contribuições de Vigotski para a educação de pessoas com deficiência visual. **Psicologia em estudo, Maringá**, v. 13, n. 2, p. 307-316, abr./jun. 2008.

OLIVEIRA, Bruno Diniz Castro de et al. Políticas para o autismo no Brasil: entre a atenção psicossocial e a reabilitação. **Physis, Revista de Saúde Coletiva**, 27: 707-726, 2017.

PEREIRA, Cássia et al. Construções e comentários sobre os documentos Linha de Cuidado para a Atenção das Pessoas com Espectro Autista e suas Famílias na Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde/SUS e Diretrizes de Atenção à Reabilitação de pessoas com Transtorno do Espectro do Autista (TEA). *Analytica: Revista de Psicanálise*, 5(9): 31-40, 2016.

SILVA, Lucas Silveira da. **Transtornos do espectro do autismo, estratégia saúde da família e tecnologias de cuidado na rede SUS.** 2016.

VYGOTSKY, L. S. *Obras Escogidas V: Fundamentos de defectología.* Madrid:Visor, 1997. *A formação social da Mente.* São Paulo: Martins Fontes, 1991 (NUERNBERG, 2008)

WATT, N. et al. Repetitive and stereotyped behaviors in children with autism spectrum disorders in the second year of life. **Journal of Autism and Developmental Disorders**, v. 38, n. 8, p. 1518-1533, 2008.